



FUNDAÇÃO FLORESTAL

UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETO – UGP BANDEIRANTES

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, A FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO E A AGÊNCIA DAS BACIAS-PCJ - INQUÉRITO CIVIL 14.1096.0000013/2018

ATA DE REUNIÃO

ATA Nº 02/2018 – PIRACICABA, 05 DE JULHO DE 2018

Segunda reunião da UGP Bandeirantes

Objetivo	Reunião entre a Fundação Florestal, Agência PCJ, Ministério Público e os municípios impactados pelo prolongamento da rodovia Bandeirantes, sendo as compensações estabelecidas no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado pelo Ministério Público com a Fundação Florestal e Agência das Bacias PCJ, nos autos do Inquérito Civil 14.1096.0000013/2018.
Local e data	Local: Agência das Bacias PCJ - Rua Alfredo Guedes nº 1949, sala 604, Ed. Racz Data: 05/07/2018 Horário: 14h30 às 17h00
Pauta	<div><div>1. Aprovação do Regimento Interno da UGP BANDEIRANTES</div><div>2. Aprovação da ATA da reunião do dia 15/06/2018</div><div>3. Considerações sobre as limitações para definição das áreas objetos do Termo de Referência</div><div>4. Apresentação das áreas a serem trabalhadas no TR para elaboração dos PIPs, indicadas por técnicos da Fundação Florestal e Agência PCJ</div><div>5. Considerações sobre o encaminhamento do Termo de Referência</div><div>1. Aprovação do Regimento Interno da UGP BANDEIRANTES</div><div>O Sr. Luiz Sertório projetou o Regimento Interno da UGP Bandeirantes, revisado em reunião do dia 15/06. Não havendo acréscimos de informações ou considerações, o Regimento Interno da UGP Bandeirantes foi aprovado nesta reunião, sendo assinado pelos membros titulares e suplentes presentes.</div><div>2. Aprovação da ATA da reunião do dia 15/06/2018</div><div>A Minuta de ATA da reunião da UGP Bandeirantes ocorrida no dia 15/06, enviada previamente por e-mail aos participantes, foi mostrada aos presentes, que fizeram complementações e esclarecimentos pontuais. Por fim, foi aprovada e assinada pelos participantes desta reunião.</div><div>3. Considerações sobre as limitações para definição das áreas objetos do Termo de Referência</div><div>A Dra. Alexandra (MP/SP GAEMA Piracicaba) levantou que é importante constar no Termo de Referência (TR) que, se forem verificados entraves jurídicos, técnicos ou de aceitação dos proprietários, sejam buscadas outras áreas na mesma subbacia. Para tanto, será necessário envolver também o jurídico da Fundação Florestal. O Sr. Luiz advertiu que, eventualmente, por conta dos mesmos entraves, pode não haver áreas passíveis de restauração da mesma subbacia, sendo indicado incluir que pode ser escolhida uma área fora da mesma subbacia, contanto que esteja em região de mananciais de abastecimento. Além disso, para aumentar a possibilidade de execução das ações nas propriedades já</div></div>



ATA DE REUNIÃO

ATA Nº 02/2018 – PIRACICABA, 05 DE JULHO DE 2018

previamente selecionadas, seria necessário ter a relação das áreas com anuência dos proprietários e que não possuam TCRAs e TACs antes da finalização do TR. O Sr. Fábio (Prefeitura de Santa Bárbara) e a Sra. Ângela (Prefeitura de Campinas) discutiram a respeito da dificuldade de encontrar quem são os proprietários de diversas áreas, além dos dados dos TCRAs em andamento. Nesse sentido, perguntaram ao Sr. Luiz Sertório se haveria a possibilidade da Fundação Florestal ou CETESB disponibilizar os dados não disponíveis publicamente dos TCRAs e CARs (nome, contato, CPF dos proprietários, número dos TCRAs etc) para subsidiar as anuências. O Sr. Luiz Sertório vai verificar, junto a CBRN, qual o procedimento para disponibilizar os dados aos integrantes da UGP para execução dos trabalhos. A Sra. Patrícia (Agência PCJ) ressaltou também a importância de dialogar com a CATI e Sindicatos Rurais para levantar as informações. A Dra. Alexandra e o Sr. Michel fizeram uma ressalva sobre a dificuldade de buscar as informações dos TACs nas promotorias locais, já que não há uma sistematização desses dados, inviabilizando realizar tamanho detalhamento para o TR.

4. Apresentação das áreas a serem trabalhadas no TR para elaboração dos PIPs, indicadas por técnicos da Fundação Florestal e Agência PCJ

O Sr. Luiz apresentou o primeiro recorte das áreas selecionadas, feito na reunião do dia 29/06, seguindo o cálculo previamente realizado da proporcionalidade em hectares a serem restaurados em cada município impactado. Inicialmente, sobrepostos com as camadas de TCRAs, delimitação das propriedades e reservas legais definidas no CAR Federal e os TACs enviados anteriormente pelo Sr. Michel (GAEMA/MP), resultados de inquéritos civis e ações civis públicas, sem abranger os dados das promotorias locais. O Sr. Luiz expôs que, como há a questão da inviabilidade de áreas com TCRAs e TACs, é importante já trabalhar as áreas de Limeira juntamente com as dos outros municípios. Em Campinas, a área inicialmente indicada encontrava-se na fazenda do IAC. Entretanto, verificou-se que neste local há três TCRAs. Sendo assim, selecionou-se uma propriedade de cana ao norte, onde se localiza um patrimônio tombado municipal e na qual as Reservas Legais indicadas no CAR coincidem com as áreas indicadas para restauração e proteção pelo município. Excluindo as áreas de várzea, as áreas indicadas totalizam em torno de 20 ha. A Sra. Ângela (Prefeitura de Campinas) verificou que há um TAC na propriedade adjacente à indicada e, como esta pegou fogo recentemente, não estão conseguindo acesso aos proprietários para terem informações adicionais. Já está, com o auxílio dos funcionários da Mata Santa Genebra, conseguindo contato com proprietários e informou que o Dr. Rodrigo (MP-SP/GAEMA) se prontificou a auxiliar na interface com os proprietários. A Dra. Alexandra sugeriu verificar os detalhes do TCRA no IAC e a



FUNDAÇÃO FLORESTAL

UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETO – UGP BANDEIRANTES

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, A FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO E A AGÊNCIA DAS BACIAS-PCJ - INQUÉRITO CÍVEL 14.1096.0000013/2018

ATA DE REUNIÃO

ATA Nº 02/2018 – PIRACICABA, 05 DE JULHO DE 2018

	<p>possibilidade de realizar as compensações lá, por ser uma área pública também importante. A Sra. Ângela ainda não conseguiu informações sobre os TCRAs na propriedade do IAC. O Sr. Luiz e Sra. Karina (Fundação Florestal) vão verificar se conseguem acessar esses detalhes. Acordou-se, portanto, em avançar nas duas possibilidades (IAC e fazenda com patrimônio tombado) para assim definir em qual região trabalhar. Em <u>Sumaré/Hortolândia</u> analisou-se as áreas principais e complementares indicadas pelos municípios. Foi sugerida pela Fundação Florestal e Agência PCJ a subbacia ao Sul, estendendo para a confluência da represa. Entretanto, há áreas que não possuem CAR e a Sra. Elaine (Prefeitura de Hortolândia) informou que contatou o proprietário de uma das áreas e estão em andamento estudos para fazer um loteamento em áreas de APP, sendo alegado que parte dos rios e nascentes mapeados pelo IGC não existem mais. A Sra. Elaine destacou a importância da área próxima à linha férrea, a qual já é destinada a proteção pelo zoneamento do município. Já houve contato com o proprietário, o qual informou que as áreas ao lado são da mesma família e pareceu ter interesse em executar o projeto. Entretanto, há assoreamento no local, seria necessário uma vistoria para avaliar a dimensão desse. Sugeriu-se selecionar a área adjacente em Sumaré, que é parte do Horto, com matrícula da prefeitura, região de abastecimento dentro de trecho de subbacia já destinada a proteção pelo município. Houve dúvida a respeito dessa região ser rural ou urbana, pois esta não possui CAR. O Sr. Habib e o Sr. Emilio (Prefeitura de Sumaré) irão verificar a situação e a viabilidade de realizar as ações nessa área. Em <u>Santa Barbara</u> sugeriu-se a Bacia do reservatório da Linha Branca. Porém, o Sr. Michel verificou que 100m de toda margem da represa está sendo restaurada por outras ações. Sendo assim, indicou-se trabalhar entre as propriedades da Furlan e Cosan. Entretanto há muitas áreas sem CAR. O Sr. Fabio (Prefeitura de Santa Barbara d'Oeste) disse que é importante verificar dados mais atualizados do CAR do que o da base federal. Complementou que já houve contato com os proprietários no entorno da represa para executar o TCRA nas suas margens, o qual não inviabiliza a execução do projeto e aumenta as chances de anuências. O Sr. Luiz vai quantificar as APPs degradadas na região, e provavelmente encaminhará apenas essas áreas no TR. O Sr. Fabio (Prefeitura de <u>Cordeirópolis</u>) relatou que já fizeram contato com todos os proprietários e como apenas uma área indicada possui TCRA, foram mantidas as outras.</p>
	<p>5. Considerações sobre o encaminhamento do Termo de Referência</p>
	<p>O gargalo principal para fechamento do TR é o aspecto de definição da área. A Dra. Alexandra levantou que foi acordado que podem ser feitos várias licitações ao invés de um único TR para a contratação e</p>



FUNDAÇÃO FLORESTAL

UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETO – UGP BANDEIRANTES

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, A FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO E A AGÊNCIA DAS BACIAS-PCJ - INQUÉRITO CÍVEL 14.1096.0000013/2018

ATA DE REUNIÃO

ATA Nº 02/2018 – PIRACICABA, 05 DE JULHO DE 2018

	<p>elaboração e execução dos PIPs, devendo ser apresentados por etapas, de modo a garantir o início mais prévio possível dos trabalhos de restauração. Sendo assim, foi acordado que os primeiros TRs serão para a elaboração dos PIPs nos municípios que já possuem áreas selecionadas com anuência dos proprietários, de forma que se minimize ao máximo futuros entraves técnicos e jurídicos. Desta maneira, os municípios que definirem as áreas antes, começarão a ser contemplados primeiro. Definiu-se que o primeiro município a ser contemplado será o de Cordeirópolis.</p> <p>Houve a discussão de como seria o termo de anuência, a fim de aumentar a chance de aceitação pelos proprietários. Decidiu-se, portanto, que deverão haver três termos separados: um termo de anuência para a elaboração do PIP, outro de interesse em executar a restauração e, posteriormente, um para execução da restauração.</p>
	<p>Encaminhamentos</p> <p>Disponibilização dos dados não disponíveis publicamente dos TCRAs e CARs (nome, contato, CPF dos proprietários, número dos TCRAs etc) para subsidiar as anuências - Luiz Sertório vai verificar, junto a CBRN, qual o procedimento para disponibilizar os dados aos integrantes da UGP para execução dos trabalhos.</p> <p>Contato com proprietários da fazenda de cana com Patrimônio Tombado em Campinas e verificação da existência de TACs nessas propriedades – Prefeitura de Campinas.</p> <p>Verificar os detalhes do TCRA na Fazenda do IAC, em Campinas e a possibilidade de realizar as compensações lá - Luiz e Karina.</p> <p>Verificar a situação e a viabilidade de realizar ações de restauração em parte do Horto com matrícula da prefeitura de Sumaré - Prefeitura de Sumaré.</p> <p>Disponibilização dos termos de anuência para a elaboração do PIP e para execução da restauração – Agência PCJ.</p>
Participantes	<p>Com lista de presença</p> <p>Alexandra Faccioli Martins - MP-SP/ GAEMA Piracicaba</p> <p>Ângela Cruz Guirao - Prefeitura Municipal de Campinas</p> <p>Ariane F. dos Santos – Prefeitura Municipal de Limeira</p> <p>Arthur César Viava Branco – Prefeitura de Hortolândia</p> <p>Bruna Juliani – Agência PCJ</p> <p>Dirceu Brasil Vieira – Prefeitura Municipal de Limeira</p> <p>Elaine Cristina de Sousa – Prefeitura Municipal de Hortolândia</p> <p>Emilio Seigui Kobayashi – Prefeitura Municipal de Sumaré</p> <p>Fabio Coca - Agência PCJ</p> <p>Fábio Luiz Cassiano – Prefeitura Municipal de Cordeirópolis</p> <p>Fabio Vicentin Diniz - Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste</p>

Página 4 de 5



FUNDAÇÃO FLORESTAL

UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETO – UGP BANDEIRANTES

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, A FUNDAÇÃO FLORESTAL DO ESTADO E A
AGÊNCIA DAS BACIAS-PCJ - INQUÉRITO CIVIL 14.1096.0000013/2018

ATA DE REUNIÃO

ATA Nº 02/2018 – PIRACICABA, 05 DE JULHO DE 2018

	Habib Jorge Goraieb – Prefeitura Municipal de Sumaré
	Leonardo L. Baumgratz – Agência PCJ
	Luiz Sertório Teixeira – Fundação Florestal
	Maria Eugênia Martins – Agência PCJ
	Michel Metran da Silva – GAEMA PCJ
	Paola Mandetta Tokumoto - Fundação Florestal
	Patrícia G. A. Barefaldi - Agência PCJ
RELATOR	Paola Mandetta Tokumoto - Fundação Florestal